



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

***Uma análise da prática pedagógica na perspectiva da  
educação inclusiva em Rio Bonito/RJ***

---

***Nazaré Alves Zaniboni Guzzo***

**Rio Bonito, Brasil**

**2010**

*Uma análise da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva em Rio  
Bonito/RJ*

---

**por**

**Nazaré Alves Zaniboni Guzzo**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial –  
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da  
Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção  
do grau de  
**Especialista em Educação Especial.**

**Rio Bonito, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Especialização

***Uma análise da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva em  
Rio Bonito/RJ***

elaborado por

**Nazaré Alves Zaniboni Guzzo**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup> Tatiane Negrini

(Presidente/Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Anie Pereira Goularte Gomes

---

Prof<sup>a</sup> Silvia Pagel Floriano Luiz

Rio de Janeiro, Brasil

2010

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

***Uma análise da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva em  
Rio Bonito/RJ***

AUTOR: Nazaré Alves Zaniboni Guzzo  
ORIENTADOR: Profa. Tatiane Negrini  
Rio Bonito, 15 de dezembro de 2010.

A educação em geral, está pautada no pleno desenvolvimento do educando e em seu preparo para o exercício da cidadania. Pensando nisso, surge a necessidade de se garantir o direito de acesso e permanência em escola regular. Os alunos com necessidades especiais, pois eles estavam sendo excluídos da sociedade, sendo mantidos em “escolas especiais”. É garantido na Constituição Federal, que todos somos iguais perante a lei. Então, como se daria a garantia deste direito, se os nossos alunos com necessidades especiais estavam sendo segregados em “escolas especiais” e não, nas escolas regulares? Com isso, acabavam com todas as vantagens que a convivência com a diversidade pode nos oferecer. A lei veio por abrir uma janela para estes alunos, que também fazem parte desta sociedade, no qual todos devem ter a mesma oportunidade. A inclusão aconteceu nas escolas de modo geral e caminha a passos lentos em alguns aspectos. No entanto, na EMPHAC (Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho), depois do primeiro impacto, ou seja, encarar a inclusão e as dificuldades do próprio educador de não saber como fazer e o que fazer, com a nova realidade, passo a passo, está a equipe que descobriu que, em meio a tantas diversidades, também estavam cada profissional, com suas diferenças e limitações. Então, só havia um caminho: devíamos encará-las de frente e renovar as nossas práticas pedagógicas. Foi preciso ter bem claro em nossa concepção, que para a conquista de uma inclusão de qualidade, algumas adaptações em nosso ambiente escolar se faziam necessárias. E juntos, inseridos no processo, começamos a galgar a passos curtos, avanços muito importantes. Partimos para algumas mudanças: novas estratégias, reformular métodos e utilizar novos recursos pedagógicos. Assim, a escola começou a eliminar barreiras em suas estruturas e na sua parte pedagógica. Um de pequeno porte e outras de grande porte, mas avançando rumo à conquista de zelar por uma aprendizagem igualitária e de qualidade para as nossas crianças com necessidade. Sob o olhar de uma integração significativa, que garanta não só o acesso, mas a permanência de qualidade, uma vez que a inclusão só é inclusão, quando se faz uma série de adaptações para receber o aluno e promover a aprendizagem.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
3. REVENDO A PRÁTICA EDUCACIONAL.....	10
3.1 RECURSOS PEDAGÓGICOS.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	17

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho visa demonstrar a relevância da Prática Educativa na Educação Especial, tendo como foco os alunos com deficiência e como realmente funciona este processo no ambiente escolar, ou seja, numa escola regular que valoriza as diferenças. Na EMPHAC (Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho), escola onde desenvolvi a pesquisa nos últimos anos, a equipe desta Unidade Escolar, vem desenvolvendo um trabalho que procura atender as necessidades dos alunos inclusivos e assim, contribuir para que eles se sintam parte do processo de Ensino Aprendizagem.

Quando se tem como finalidade garantir o direito de alguém à educação, é necessário entender que embora constituído em lei, isto não nos garante que será da forma adequada, tendo em vista que lidamos com situações que muitas vezes foge da alçada dos que estão envolvidos e interessados no processo. Assim, pode-se salientar a questão de estrutura física do ambiente escolar.

Neste processo de adaptação, a equipe deste estabelecimento de ensino, vem demonstrando que embora as dificuldades sejam muitas, a cada dia se torna visível que, a maioria está engajada em desempenhar seu papel, buscando quanto educador valorizar as diferenças. Sabe-se que ainda está muito longe de fazer o ideal, no entanto, tentam na medida do possível, fazer o que está ao seu alcance. Lembrando que não é simplesmente pelo fato de cumprir a lei, mas por entender que numa sociedade, no qual somos todos diferentes e que cada um de nós tem nossas particularidades, devemos respeitar o próximo e enfrentar a cada dia novos desafios na educação.

O aluno incluído não deve ele adaptar-se à escola regular, e sim a escola lhe trará condições pedagógicas e estrutura física para que seja realmente inserido neste espaço de aprendizagens.

É preciso sair do modelo de integração ao modelo de inclusão, pois enquanto a integração significa a Abertura da vaga para o portador de necessidades Especiais, mas não a adaptação da organização da Escola para recebê-lo, a inclusão só é inclusão porque faz uma série de adaptações. De grande e pequeno porte, para melhor receber o aluno e promover a aprendizagem. (SERRA, 2006, p. 19)

Sendo assim, a escola ao incluir o aluno com necessidades especiais, terá por objetivo proporcionar inclusão social na comunidade escolar, no intuito de obter qualidade de vida para que todos os integrantes deste processo possam aprender a conhecer, aprender a fazer, a conviver e a ser de forma mais saudável, por meio de uma proposta de educação social para todos, onde terá condições pedagógicas e estruturas adaptadas para que torne um lugar adequado e assim tenha um melhor desenvolvimento cognitivo, social, emocional.

## **1. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO**

Para a realização deste trabalho realizou pesquisas bibliográficas com a leitura e estudo de textos em revistas, livros, internet, artigos para aprofundamento e coleta de dados sobre o assunto em questão. A coleta de dados foi realizada através de conversas, entrevistas com professores, profissionais da sala de recursos e orientação pedagógica da unidade escolar (Escola Municipalizada de Honesto de Almeida Carvalho) localizada na cidade de Rio Bonito-RJ, com a observação dos alunos de necessidades especiais em todo ambiente escolar, para colher o maior número de informações possíveis, e assim verificar se eles estão adaptando-se ao processo de inclusão e sentem-se parte desta unidade escolar. Esta pesquisa foi permeada por vivência e práticas na área da educação especial que possibilitaram a análise do tema da educação inclusiva.

Para considerar que o aluno esteja incluído, é preciso verificar se ele está experimentando novas situações de socialização e que esteja acontecendo o processo de aprendizagem. Na verdade, nessa observação é importante notar que a inclusão não é feita só de socialização, mas principalmente de aprendizagem.

Esta pesquisa constitui-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que faz sua análise a partir das vivências cotidianas dentro destas práticas, utilizando para isso a subjetividade do pesquisador. Também realizou-se leituras e estudo sobre o tema.

A partir desses levantamentos, verifiquei que as práticas educacionais nesta unidade estão caminhando. Embora não seja a largos passos como gostaríamos que fosse, mas já é possível notar que de fato, grandes avanços estão acontecendo. Alunos que entraram nesta escola com comprometimentos severos

de suas capacidades de aprendizagem, após algum tempo, percebi que o avanço já foi muito, devido à dedicação e comprometimento entre professores/equipe de orientação/professores de sala de recurso/equipe multidisciplinar do município e a família. É importante ressaltar, que cada funcionário desde a merendeira até a direção, é educador e está engajado no mesmo propósito: o de oferecer qualidade de vida a estes alunos com necessidades especiais.

Ao estudar alguns autores, sobre o processo de inclusão e as práticas educativas para os alunos de necessidades especiais, notei que ainda existem algumas complexidades na forma de se ver o processo de ensino e aprendizagem. E isso se dá, porque divergem ao expor as habilidades e também as limitações dos alunos, tendo em vista, que atender as múltiplas necessidades não é tarefa fácil para qualquer unidade escolar.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

No decorrer dos últimos anos, obtive muito contato com a palavra inclusão, através de palestras, cursos, seminários e a própria lei. E assim, fui conhecendo suas principais características, conceitos, teorias e práticas educacionais. Também recebi em minha sala de aula, alunos com um grau maior de necessidades especiais. Muitas perguntas foram surgindo no meu cotidiano, e algumas vezes respondidas, em outras não.

Tudo era muito novo e questionador para os profissionais da educação. E trabalhar com o novo assustava, pois enfrentar os obstáculos e vencê-los não é fácil. É comum pensar em recuar e desistir. Mas quando se fala de criança, o assunto é outro, pois nos sensibilizam, emoções vem à tona, e a coragem resplandece como uma convicção. É hora de vencer! De ultrapassar barreiras e caminhar aprendendo a aprender.

Ao se rever a história da educação especial no Brasil, pode-se notar que em todos os aspectos esta teve um retrato triste e desanimador, pois de acordo com os fatos históricos, a primeira instituição especializada era particular e se deu em São Paulo, no ano de 1600 e atendia pessoas com deficiências físicas. O pior disso é que a nossa primeira Constituição (1824), negava o direito do incapacitado físico ou moral de participar do processo político (ROSSETTO). Então, imagine como foi



difícil para pessoas que possuíam deficiência e suas famílias conviverem com tal situação, sabendo que, além de serem excluídos da sociedade, eram também excluídos da própria lei.

Para os deficientes visuais, só em 1854, Dom Pedro II fundou no Rio de Janeiro o Instituto dos Meninos Cegos, com o Decreto Imperial nº1428.

A criação deste Instituto, segundo Mazzotta (1999), deveu-se a **José Álvares de Azevedo**, um cego brasileiro que estudara no Instituto de Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Hauy, no século XVIII. Ele teve muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do **Dr. José F. Xavier Sigaud**, médico da Família Imperial (CORRÊA, 2005, p. 30).

A partir deste momento, os deficientes visuais ao longo dos anos foram ganhando espaço, e assim garantiram os seus direitos como cidadãos. O próximo passo foi a conquista dos primeiros livros em braile. E isso, só veio acontecer efetivamente no ano de 1946, enquanto que na França já havia adotado o sistema desde 1854.

Posteriormente, se deu o atendimento aos deficientes auditivos com a iniciativa também de Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, quando criou a Fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. O que mais me chamou a atenção foi saber que esta escola começou a funcionar em 1957, com apenas dois alunos e passou a se chamar, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Essa escola é marco em nossa história, pois vem contribuindo até hoje oferecendo cursos, palestras e seminários na área de inclusão. Além disso, muitos professores, intérpretes e especialistas, que fazem parte do corpo dos profissionais de educação da EMPHAC, estudaram ou se aperfeiçoaram nesta escola.

Desde o início, o INES caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos “surdos-mudos” de 7 a 14 anos de idade (MAZZOTTA, 1999, p. 32).

Partindo das possibilidades e necessidades que cada pessoa com deficiência vem enfrentando ao longo dos anos, percebi que muitos tiveram acesso a grandes instituições como o INES, enquanto outros continuaram segregados, não participando assim, do avanço educacional.

Para as pessoas com deficiência mental, no início, quando surgiram as primeiras instituições, tiveram um caráter mais de atendimento clínico do que educacional, tendo um crescimento maior destas instituições a partir de 1930.

Com o decorrer dos anos, percebi alguns avanços para pessoas com necessidades especiais, mas longe de atender as reais necessidades desse grupo social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), talvez tenha sido o marco mais importante da história, onde reafirma os direitos dos homens, a dignidade e os valores do ser humano.

Esta conferência teve como objetivo promover a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas para atender as crianças, principalmente as que tenham necessidades educativas especiais (BRASIL, CORDE, 1994).

Com esta primeira iniciativa, de pessoas preocupadas com esses alunos que necessitavam de atendimento educacional especial, surgem novas preocupações e partem para colocar em prática esse direito, tendo em vista que havia a partir deste momento um mundo inteiro engajado em garantir esse direito. A convenção sobre o Direito da Criança de 20 de Novembro de 1989, e ratificada no Brasil em 24 de Setembro de 1990 pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), reafirma cada vez mais a necessidade de criar políticas públicas para atender as crianças com necessidades especiais e para firmar tudo isso, se deu este tão importante documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, (Espanha).

Com a preocupação de consolidação de uma proposta mais abrangente para a melhoria no atendimento, surgiram muitas iniciativas no decorrer dos tempos, sendo assim efetivado com a Resolução do Conselho Nacional de Educação, de setembro de 2001.

Art.1 A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades especiais, na Educação Básica, em todas suas etapas e Modalidades.  
Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos inicia na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001).

O debate sobre a educação inclusiva, não teve seu princípio no contexto da educação especial, no entanto, se aplica a ela, tendo em vista que sua clientela faz parte daquela população historicamente excluída da escola e da sociedade. No início, o que existia era uma crença errônea de que, para colocá-la em prática era só introduzir os discentes com necessidades especiais nas escolas regulares ou nas classes comuns, e ali, fazer parte daquele grupo de alunos sem oferecer as devidas condições para que eles aprendessem.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reafirma a proposta de que todos os alunos têm direito a freqüentar a escola regular, garantindo aos mesmos, estratégias para um atendimento diferenciado das suas necessidades, por meio apoio de profissionais qualificados. Para efetivação desta proposta, propõe a formação de profissionais, assim como a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O processo de inclusão mostra que se precisa aprender a conviver com as diferenças humanas a, mas ao mesmo tempo percebe-se que a escola atual muitas vezes vem provocando desigualdades sociais, culturais e políticas, tendo em vista o desconhecer do sistema e do próprio profissional que ainda não está habilitado e comprometido com a nova proposta, sendo que o novo assusta e leva tempo. É nesse sentido que se prega a necessidade de reestruturação do sistema educacional para prover uma educação de qualidade a todos os alunos.

Talvez seja aqui na revisão de toda prática pedagógica, que está a questão da verdadeira inclusão. Mudar a prática pedagógica é de certa forma mudar a visão sobre o que e como ensinar, e conseqüentemente, para quem está sendo ensinado. É uma mudança de postura de hábitos e atitudes. É uma modificação direta, com tudo que já foi visto e dito e que se encontra ultrapassado, ou seja, uma nova forma de ensinar com qualidade.

### **3. REVENDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Para promover a inclusão, a gestão educacional precisa trabalhar em equipe junto à escola, a família, as políticas públicas e o próprio sujeito da ação. Nesse processo, todos precisam estar envolvidos em prol de uma prática educacional que

venha a atender as várias habilidades e necessidades encontradas no cotidiano do ambiente escolar. É preciso estruturar o ambiente, oferecer formação continuada para os profissionais da educação e criar estratégias que possibilitem aos alunos com necessidades especiais o respaldo e condições para que aprendam, respeitando sempre suas potencialidades.

A prática pedagógica ainda é permeada por raízes históricas, culturais e sociais a respeito dos jogos e brincadeiras infantis e são responsáveis pelas concepções que permeiam o trabalho pedagógico nas pré-escolas e creches. Essas concepções, que trazem embutidas a idéia de infância, foram construídas dialeticamente ao longo do tempo e do espaço social. No entanto, tenho participado desta nova prática educacional na EMPHAC, onde comecei a ter um olhar diferenciado para cada situação, principalmente quanto ao trabalho com os alunos com necessidades especiais.

Tendo em vista essa concepção, parece que atividade da criança na escola estava dividida entre jogos e brincadeiras e o trabalho de ordem intelectual. Alguns especialistas afirmam que as instituições escolares não mudaram muito nos dias de hoje. No entanto, a literatura reconhece avanços na valorização e presença das brincadeiras nas instituições infantis elaborados ao longo dos anos, principalmente a partir dos movimentos da década de 80. Destaca em obras de Souza&Martins<sup>1</sup>, são consideradas como pioneiras ao tratar do tema com mais afinco: Tizuko Morchida Kishimoto, da Faculdade de Educação, e Edda Bom tempo, do Instituto de Psicologia, foram duas professoras da Universidade de São Paulo (USP) que deram ênfase ao assunto abordado. Com a perspectiva de desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo, no qual as escolas devem acolher a todos, possibilitando combater a exclusão, assim, respondendo as especificidades dos alunos e melhorar a qualidade de ensino, é que nós como educadores devemos buscar mudanças na prática educacional. Ainda encontramos grandes desafios, onde procuramos desenvolver novas metodologias com base numa linguagem acessiva a todos. O lúdico aparece como parte importante nesse processo, embora muitos profissionais ainda não estejam capacitados para este fim e tenham uma concepção equivocada a respeito. Além disso, existem outras estratégias que

---

<sup>1</sup> IESDE, 2005

podem ser vislumbradas e planejadas para a prática pedagógica, a fim de permitir aos alunos com necessidades especiais a participação nas atividades.

No entanto, em alguns casos ainda existem muitas dificuldades e barreiras sociais que impossibilitam o avanço do processo inclusivo. A partir destas dificuldades é que a nossa escola resolveu investir, trazendo para dentro da Unidade Escolar, cursos, palestras, seminários e especialistas para fazer o trabalho em equipe.

Alguns profissionais de educação, mesmo quando querem trabalhar com a metodologia de aprender brincando, ainda não sabe como e o que fazer para atender as diferenças na sala de aula. Nestes casos, os professores contam com os profissionais da equipe escolar para ajudá-lo.

Brincando, a criança desenvolve seu senso de companheirismo; jogando com companheiros, aprende a conviver, ganhando ou perdendo, procurando entender regras, portanto, do jogo em si. Conhecidas as normas e conseguir uma participação satisfatória.

No jogo, a lei não deriva do poder ou autoridade, mas de regras, portanto, do jogo em si. Conhecidas as normas, todos têm as mesmas oportunidades, e participando do jogo, a criança aprende a aceitar regras, pois o desafio está, justamente, em saber respeitá-las. Esperar sua vez, aceitar o resultado dos dados ou de outro fator de sorte são excelentes exercícios para lidar com frustrações e, ao mesmo tempo, elevar o nível de motivação.

(...) As relações cognitivas e afetivas, conseqüentes da interação lúdica, propiciam amadurecimento emocional e vão, pouco a pouco, construindo a sociabilidade infantil. Especialmente nos jogos grupais, a interação acontece de maneira mais fácil, pois é estimulada pela necessidade que os elementos de grupo têm de alcançar determinadas metas. Para extrair resultados mais ricos dessa interação é necessário mudar sempre os elementos dentro de cada grupo. (CUNHA, 2000, p, 10).

As técnicas utilizadas até hoje em Educação Infantil devem muito a Froebel<sup>2</sup>. Para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem. Não são apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com finalidade de entendê-lo. Desenhou círculos, esferas, cubos e outros objetos que tinham por objetivo estimular o aprendizado. Eles eram feitos de material macio e manipulável, geralmente com partes desmontáveis. As brincadeiras eram acompanhadas de músicas, versos e dança. Os objetos criados por Froebel eram chamados de “dons” ou “presentes” e havia regras para usá-los, que precisariam

---

<sup>2</sup> Um dos primeiros pedagogos a falar em auto-educação, um conceito que só se difundiria no início do século 20, graças ao movimento da Escola Nova

ser dominadas para garantir o aproveitamento pedagógico. As brincadeiras previstas por Froebel eram, quase sempre, ao ar livre para que a turma interagisse com o ambiente. “Todos os jogos que envolviam os “dons” começavam com pessoas formando círculos, movendo-se e cantando.

Assim, tenho presenciado alguns educadores do primeiro segmento, que me parece desenvolver essas habilidades com maior facilidade. E também nas salas de recursos, no qual os alunos incluídos têm atendimento em outro horário.

Atualmente as salas de recursos são espaços criados pelas as instituições para atender as crianças com necessidades especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagens, ou seja, um novo fazer pedagógico que favoreça a construção do conhecimento dessas crianças. É o suporte para o professor, viabilizando uma aprendizagem com o lúdico que muitas vezes não se alcança em sua sala de aula.

A sala de recursos, multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. (ALVES, 2000, p. 14).

A importância de o professor conhecer os alunos que devem ser atendidos na sala de recursos multifuncionais é parte fundamental no processo, isso para quem desconhece e não possui equipe que o auxilie, acaba sendo uma das grandes barreiras para que aconteça a verdadeira inclusão.

Na nossa escola foi criada uma ficha de avaliação, no qual os professores preenchem de acordo com as necessidades e dificuldades apresentadas pelos alunos. É importante cada observação e relato nas fichas daqueles alunos com alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. Estes alunos são aqueles que enfrentam limitações no processo de aprendizagem. Alguns apresentam distúrbios, disfunções ou deficiência. Sendo eles:

- Com dificuldades de aprendizagem acentuadas;
- Com limitações ou deficiência no processo de aprendizagem que dificulta o acompanhamento da atividade curricular;

- Com dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada.

Em conversa com outros professores percebi que ainda existem limitações a serem rompidas pelos próprios profissionais. Mas o importante é que já podemos constatar os avanços de alunos que não conseguiam nem se comunicar e hoje isto já é bem visível. Por exemplo, uma aluna pela qual foi necessário modificar toda a estratégia utilizada pela equipe escolar, de acordo com cada avanço ou cada recaída que a mesma tinha. Porém, hoje a aluna já consegue seguir algumas regras, se comunicar com os colegas e até participar, cantar junto com os demais em sala de aula. A mesma possui uma professora auxiliar especializada na área específica da sua deficiência, frequenta a sala de recursos, possui professor de educação física (atendendo suas necessidades) e participa de oficinas artísticas oferecidas pelo município.

A EMPHAC também recebe um grande número de alunos surdos, e na maioria estão nas séries de quinta ao nono ano. Estes alunos, ou tem professor bilíngüe, ou possuem intérpretes em sala de aula. O mais interessante é que na observação das notas destes alunos, verifiquei que são na maioria as melhores da sala. Questionei com alguns professores, tendo em vista que na língua de sinais o vocabulário é reduzido, e a parte de fonema, verbo, pronomes, etc., se torna uma grande barreira para eles. Nas respostas dos professores verifiquei que, embora exista realmente estas dificuldades, eles memorizam com facilidade e possuem muito interesse. Isto faz com que eles sejam avaliados dentro das suas habilidades e competências. Desse modo, acredita-se que a avaliação precisa ser realizada de maneira diferenciada, levando em consideração os objetivos traçados e os resultados já conquistados até o momento do desenvolvimento do aluno.

Este processo de pesquisa trouxe-me a reflexão de que se faz necessário que na unidade escolar a conduta e a prática educacional tenham que ser bastante claras e condizentes com a realidade do público-alvo daquela região, ficando evidente que todos somos parte do processo, e o fracasso do aluno pode também ser o fracasso do processo educacional.

### **3.1 RECURSOS PEDAGÓGICOS**

A escola como um todo, tem a função de desenvolver as habilidades dos alunos para que os mesmos sejam valorizados em suas competências, e assim, alcançar o objetivo da aprendizagem. Tendo como ponto fundamental, dominar a linguagem verbal, ou seja, “compreender e falar”, ler e escrever, além de outros objetivos que variam de acordo com as necessidades do aluno, muitas vezes auxiliando-os em seus hábitos diários. Então, entendo que a linguagem é importante para todos os sujeitos, sendo ela oral ou gestual, mas que manifeste uma forma de expressão, segundo Lucia Relly 2004.

Partindo deste ponto, vê-se que recursos pedagógicos devem ser utilizados para que esses alunos alcancem esses objetivos e assim, possamos observar que tais recursos como visual, trazem para o aluno um ganho maior, principalmente para aqueles com necessidades especiais. As vantagens de se utilizar novos recursos é que o professor terá a função de buscar artifícios e estratégias que desenvolvam o interesse e motivação para criar novas possibilidades e maior facilidade de aprendizagem. Assim o educador poderá relacionar o texto ao contexto de cada aluno.

Eu penso por figuras,. Para mim, as palavras são como uma segunda língua. Tenho que traduzir tanto as palavras faladas quanto as escritas em filmes coloridos, junto com som, para que rodem como uma fita de vídeo na minha cabeça. Quando alguém fala comigo, suas palavras acham que não dá para entender esse fenômeno, mas, no meu trabalho de *designer* de equipamento para a indústria agropecuária, o pensamento visual é uma vantagem enorme. (GRANDIN, 1995, p. 19, tradução da autora) (RELLY, 2004, p. 26)

Se pensarmos nos alunos de forma geral, também podemos fazer esta análise e perceber que facilita muito o aprender, quando se relaciona ao visual.

No início, ao trabalhar com esses alunos com necessidades especiais, a equipe da EMPHAC, foi percebendo que os recursos pedagógicos faziam a diferença na prática pedagógica, e assim, aos poucos, novas estratégias foram adaptadas e criadas.

Então, partimos para uma nova prática, com novos recursos pedagógicos, usando história em quadrinhos, cartum, fotografias, desenhos, quadros de vários artistas, revistas, outdoor, cartazes, anúncio de mercadorias de lojas e supermercados, plantas arquitetônicas, mapas, pegadas dos próprios alunos, desenhos, desenhos do corpo, reflexo em espelho, filme legendado, etc. Com isso,



percebi que a imagem é uma modalidade que trabalha junto com a leitura de mundo e faz relação com a aprendizagem que se dá com maior facilidade.

No entanto, o material para ser utilizado nessa prática pedagógica, deve ser analisado por cada educador, de acordo com as reais possibilidades e necessidades destes alunos incluídos. Neste momento é preciso verificar se com as novas experiências os alunos estão avançando e se realmente estão construindo o seu conhecimento.

Entendemos que os alunos com necessidades especiais avançam quando demonstram mudança de comportamento, através do interesse, da socialização e se estão se sentindo como parte integrante da escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para concluir, entendo que antes de se pensar em inclusão dos alunos com necessidades especiais é necessário repensar a prática pedagógica. E assim pensar que o aluno incluído deve ser compreendido como parte integrante da escola.

Partindo desse pressuposto, então começa todo um processo rumo as devidas adaptações, estratégias e recursos para se alcançar o objetivo que é levar este aluno para uma classe de aula regular onde somos todos diferentes e que é preciso valorizar toda e qualquer diversidade, para que não só os alunos com necessidades especiais façam parte do sistema, e sim, para que os também ditos “normais” sejam também incluídos no mesmo processo de ensino aprendizagem, com maior qualidade.

É preciso que todos marquem o seu “espaço” não só façam parte da história, mas que construa sua própria história e assim cresçam e aprendam a aprender.

Verifiquei no decorrer deste artigo, que cada passo seguido, cada barreira quebrada, cada obstáculo vencido, são etapas importantíssimas no processo de inclusão e fazendo disso uma prática educativa mais programada, mais consciente, e com crescimento vantajoso. É necessário criar propostas inovadoras, dar condições melhores e oferecer subsídios coerentes e bem elaborados, para conquistar os objetivos desejados e suprir a real necessidade que cada aluno com necessidades especiais apresenta. Cada vez mais percebemos que alguns degraus foram alcançados, e que os alunos conquistaram um espaço maior dentro da nossa

sociedade. Obtive assim, mais respeito, mais dignidade e liberdade para os eles. É nesse momento, que tanto eu quanto a escola também nos sentimos gente! Gente que faz! Gente diferente, que pode contribuir para se construir uma nova história, daqueles que embora não entendiam, ou não entendem, mas já fazem parte dessa nova história, ser cidadão!

A prática pedagógica é um elemento importante para a transformação do contexto da inclusão de qualidade.

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de Oliveira, Sala de recursos multifuncionais, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N22**, de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CÔRREA, Maria Angela Monteiro – **Educação Especial** – Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ – 2005.

CUNHA, Nilce, **Brinquedo Desafio e Descoberta**. FAE, Fundação de Assistência ao Estudante. 2000.

RELLY, Lucia- **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação**- Campinas SP- Educação Especial. 2004.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e Práticas psicopedagógicas institucional**. 2006.

ROSSETTO, Elisabeth. Processo de Inclusão: Um grande Desafio para o séc. XXI Disponível em [revistas.facecla.com.br/index](http://revistas.facecla.com.br/index). Acessado em 08/01/2011.

FROEBEL, Friedrich. Pedagogia & Educação Infantil. 08/01/2011.  
<http://pedagogiaeducacaoinfantil.blogspot.com/2009/07/friedrich-froebel.html>.

Acessado em 08/0/2011

SOUZA, Márcia Helena de; MARTINS, Maria Aurora M. (Org.). Psicologia do Desenvolvimento – Curitiba – IESDE, 2005